

Os presidenciáveis e o orçamento

Aos cidadãos que ouviram atentamente o debate em que se envolveram na noite de domingo sete dos candidatos à Presidência da República foi fácil verificar quão despreparados estão os postulantes para enfrentar a difícil situação econômica a ser fatalmente encontrada por aquele que vier a ser eleito. Apenas um ousou aludir a sacrifícios generalizados, entendendo outros que bastará pôr cobro à ciranda financeira para que se resolvam de imediato os gravíssimos problemas que nos afligem, causando igual estranheza a afirmação, quase geral, de que só a suspensão dos pagamentos da nossa dívida externa poderá propiciar ao País a retomada do seu desenvolvimento. A nenhum, porém, pareceu familiar o projeto da Lei de Meios, à qual, correspondendo à Lei das Diretrizes Orçamentárias — aprovada e de certa forma imposta pelo Congresso —, caberá ditar a atuação do futuro governo.

A ninguém escapa a necessidade de poder o governo federal reassegurar-se uma poupança que lhe permita financiar investimentos na área econômico-social, desiderato que, todavia, à luz da

atual situação, não poderá ser alcançado a médio prazo. É verdade que os encargos da dívida mobiliária para o orçamento de 1990 estão calculados em 3,8% do PIB, bastando suprimi-los para que se disponha de uma poupança capaz de financiar investimentos que não puderam figurar no projeto orçamentário. De tal providência, porém, só resultaria séria crise financeira, ante a recusa do público em subscrever títulos da dívida interna, o que acarretaria monstruosa emissão monetária a recair maciçamente sobre a inflação. O que se pode esperar, sim, é a alteração do perfil da dívida, o que se aceitaria não através de um calote, mas de um programa econômico que mostrasse a vontade do novo governo de colocar nos eixos a economia nacional e, especialmente, de reduzir a taxa de inflação. Teve um dos candidatos a coragem de reconhecer que, para o Planalto, não seria vergonhoso um maior endividamento, desde que não visasse ao financiamento do déficit corrente da União mas a investimentos.

Pode-se lamentar que tal raciocínio, válido para a dívida in-

terna, não tivesse sido aplicado à questão da externa. Em vez de correr-se à cata de todos os meios para que não se pague tal dívida, seria muito melhor pensar-se numa renegociação séria e honesta — baseada em princípios éticos —, visando ao retorno dos fluxos de capitais (sob forma de empréstimos e de preferência de investimentos diretos), que escapariam aos limites drásticos de um orçamento votado.

Se os candidatos tivessem recorrido à leitura do projeto de orçamento teriam verificado que, em 1990, o governo federal, para uma receita líquida equivalente a 9,8% do PIB, terá de despender 4,3% do mesmo PIB em salários e encargos sociais, efetuar despesas vinculadas (pela Constituição!) de 9,6%, restando-lhe apenas 2,4% a distribuir livremente (no quadro do orçamento...). O que deixa muito aos gastos. Os presidenciáveis que ora anunciam programas de grandes investimentos na área sócio-econômica deveriam ter em mente esse valor, apenas suficiente para fazer funcionar a máquina administrativa. Cumpre acrescentar que tais pretensões somente serão válidas se implantada a

reforma tributária proposta pelo governo, em parte já recusada...

Mostra a realidade que, para o exercício de 1989, no qual se prevê um déficit operacional de 1,3% para o orçamento fiscal, este, já nos dez primeiros meses do ano, chegou a 4,67% do PIB. Assim, além dos recursos externos a serem certamente afastados por um calote, a única solução reside num vasto programa de privatização, que deveria ocupar o centro das preocupações dos candidatos à Presidência da República. Cumpriria definir claramente tal programa, estabelecendo-se prioridades quanto às empresas chamadas a passar ao setor privado e aos meios exigidos por tais objetivos.

Deveriam talvez os presidenciáveis ter dado ouvidos à pregação do ministro Mailson da Nóbrega, que com toda a sua experiência chegou à conclusão de que somente com uma revisão da Carta Magna se poderá pôr em ordem a economia nacional. Mas talvez com isso estaríamos pedindo demais a políticos ora tão orgulhosos por terem oferecido ao Brasil uma "Constituição moderna".